

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.828.034 - BA (2019/0216941-8)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
RECORRENTE : CAIXA DE CONSTRUÇÕES DE CASAS PARA O PESSOAL DA MARINHA
RECORRIDO : LUCIAN MACHADO MENDES DE MELO
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE0000000M

EMENTA

CIVIL, PROCESSUAL CIVIL . **RECURSO ESPECIAL MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. REQUISITOS. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. LIQUIDEZ E CERTEZA. INEXISTÊNCIA. INTERPRETAÇÃO DA CLÁUSULA CONTRATUAL REEXAME DE PROVA. INVIABILIDADE. APLICAÇÃO DAS SÚMULAS NºS 5 E 7 DO STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.**

DECISÃO

Trata-se de execução por título extrajudicial movida pela CAIXA DE CONSTRUÇÕES DE CASAS PARA O PESSOAL DA MARINHA - CCCPM contra LUCIAN MENDES DE MELO (LUCIAN), objetivando a satisfação do crédito consubstanciado em instrumento denominado pela exequente de contrato para empréstimo imobiliário.

A exequente instruiu a inicial com o alegado título executivo executado e planilha de evolução da dívida.

A demanda foi extinta com fundamento no art. 485, IV e § 3º c/c art. 783, do Código de Processo Civil, ressaltando o direito da exequente de recorrer às vias cíveis próprias para o recebimento do crédito (e-STJ, fls. 66/71).

CCCPM interpôs apelação e o Tribunal de origem negou-lhe provimento.

O acórdão restou assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL. CONTRATO DE. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. CAIXA DE CONSTRUÇÕES DE CASAS PARA O PESSOAL DA MARINHA (CCCPM). CERTEZA E LIQUIDEZ. INEXISTÊNCIA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. EXTINÇÃO DO PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. SENTENÇA CONFIRMADA.

1. Este Tribunal tem adotado o entendimento no sentido de que os contratos de empréstimo em consignação em

Superior Tribunal de Justiça

folha de pagamento possuem peculiaridades que os distinguem dos demais, pois preveem a interveniência de uma terceira pessoa, que seria responsável pelo desconto e repasse dos valores à parte credora e que seria inviável aferir a regularidade de tais fatos, apenas com base na análise do contrato e dos demonstrativos, do débito. Precedentes.

2. *Hipótese em que pretende a exequente receber valores relativos a ' contrato de empréstimo, com previsão de desconto em folha de pagamento do devedor, por meio de execução' por título extrajudicial, sem o atendimento dos requisitos previstos no art. 783 do CPC/2015, 3. Sentença que julgou extinto o processo, sem resolução de mérito, com -base nos artigos 485, inciso IV, e 783, ambos do CPC/2015, que se mantém.*

4. *Apelação não provida (e-STJ, fl.92).*

CCCPM opôs embargos declaratórios e foram rejeitados (e-STJ, fls.104/108).

Inconformada, CCCPM interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, apontando a violação dos arts. 783 e 784, III do NCPC, sustentando, em síntese, a suficiência do contrato firmado entre as partes para ostentar a qualidade de título executivo capaz de embasar ação executória. Ressaltou que pouco importa se contratos consignados não possuam esses atributos, pois o contrato inadimplido que dá causa à dívida não possui essa natureza, de consignado, mas, pelo contrário, tem natureza de Contrato de ERAP, Empréstimo Rápido Imobiliário (e-STJ, fls.112/118).

Contrarrazões apresentadas (e-STJ, fl. 120).

O apelo nobre foi admitido (e-STJ, fl.121).

O recurso especial foi distribuído ao Exmo. Sr. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho que declinou da competência, determinando a redistribuição para um das Turmas da Segunda Seção, nos termos dos arts. 9º., caput, e § 2º., II e IV, e 71 do Regimento Interno desta Corte (e-STJ, fls. 131/132).

O feito foi redistribuído a minha relatoria (e-STJ, fl.138).

É o relatório.

DECIDO.

A irresignação não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nela prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com*

Superior Tribunal de Justiça

fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

Da alegada qualidade de título executivo extrajudicial do contrato de financiamento/empréstimo

O Tribunal de origem, soberano na análise do contexto fático-probatório, consignou no acórdão em relação a controvérsia o seguinte:

Com efeito, esta Turma 'não reconhece exequibilidade ao Contrato de Empréstimo sob Consignação em Folha de Pagamento, por falta de certeza e liquidez, diante da insuficiência do instrumento contratual para ostentar a qualidade de título executivo extrajudicial capaz de embasar'ação executória.(...)

Dessa forma, não se sustentam as razões do recurso de apelação, uma vez que não 'infirmam os fundamentos da sentença, no entendimento de que o contrato em tela, possui previsão de pagamento mediante consignação em folha não se podendo 'aferi'r, de plano, a regularidade dos descontos efetuados pelo empregador e do consequente repasse ao credor mutuante, não se revestindo, portanto, dos requisitos de certeza e liquidez, típicos dos títulos executivos (e-STJ, fls.87/89).

Desse modo, rever o entendimento do Tribunal de origem, demandaria a revisão das cláusulas do respectivo contrato entabulado e o reenfrentamento dos fatos da causa, o que encontra óbice nas Súmulas nºs 5 e 7 desta Corte.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. 1. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284 DO STF. 2. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE ACOLHIDA. AUSÊNCIA DE CERTEZA DA OBRIGAÇÃO. DILAÇÃO PROBATÓRIA DESNECESSÁRIA. VIA ADEQUADA. PRECEDENTES. 3. REVISÃO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. 4. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Em relação à alegada ofensa ao art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, constata-se a ausência de discriminação dos pontos omissos e/ou contraditórios, incidindo, no caso, o óbice da Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal.

2. O entendimento desta Corte firmou-se no sentido de que é cabível a exceção de pré-executividade para discutir a liquidez do título exequendo, desde que não demande dilação probatória.

3. O Tribunal local concluiu pela ausência de certeza, liquidez e exigibilidade do título, sem a necessidade de dilação probatória. Rever tal conclusão esbarra no óbice do enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

Superior Tribunal de Justiça

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.340.103/DF, Rel. Ministro **MARCO AURÉLIO BELLIZZE**, Terceira Turma, j. 25/3/2019, DJe 28/3/2019)

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO.

INSURGÊNCIA RECURSAL DO AGRAVANTE.

[...]

2.1 A análise dos fundamentos que ensejaram o reconhecimento da liquidez, certeza e exigibilidade do título que embasa a execução, exige o reexame probatório dos autos, inviável por esta via especial, ante o óbice da Súmula 7 desta Corte.

3. A incidência da Súmula 7 do STJ impede o exame do dissídio jurisprudencial, porquanto falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 918.175/RS, Rel. Ministro **MARCO BUZZI**, Quarta Turma, j. 7/8/2018, DJe 17/8/2018)

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º do NCPC c/c art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/03/2016, DJe 18/03/2016), **NÃO CONHEÇO** do recurso especial.

Assim, considerando a aplicabilidade das regras do NCPC e o não conhecimento do recurso especial, **MAJORO** em 5% os honorários advocatícios anteriormente fixados em desfavor de CCCPM, nos termos do art. 85, § 11 do NCPC.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator